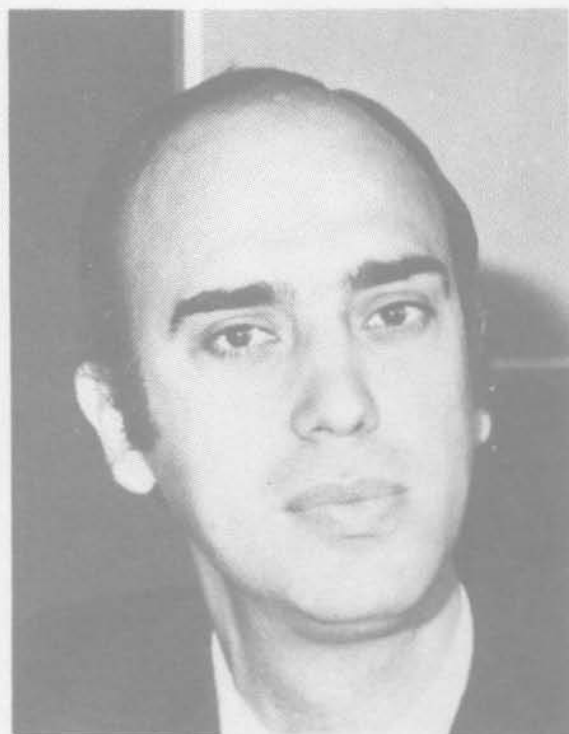


MARCO MACIEL

SUCRO-ÁLCOOL-QUÍMICA:
NOVA FRONTEIRA ECONÔMICA



8 AÇÃO PARLAMENTAR

Senador MARCO MACIEL

**SUCRO-ÁLCOOL-QUÍMICA:
NOVA FRONTEIRA ECONÔMICA**

8 — AÇÃO PARLAMENTAR

BRASÍLIA — 1983

Rico em bens materiais que afloram à sua terra — como os minérios diversos, por exemplo —, o Brasil, no entanto, ainda carece de medidas que o coloquem no caminho adequado do desenvolvimento. Entre a vasta gama de alternativas capazes de fazê-lo sair da crise econômico-social em que se encontra mergulhado encontra-se, por certo, a dinamização da indústria sucro-álcool-química que, apesar de poder representar um indiscutível papel no crescimento da economia nacional, ainda não encontrou o respaldo que merece. Esta publicação traz informações sobre o papel da indústria sucro-álcool-química na economia do país e mostra as alternativas capazes de transformá-la em instrumento gerador de benefícios para a população brasileira.

SUMÁRIO

O estímulo à álcool-química: uma prioridade nacional	
Porque a sucro-química	
O preço do álcool: é preciso alterar o Decreto nº 87.813	

**O estímulo à álcool-química:
Uma prioridade nacional**

Muito se tem falado a respeito das atuais dificuldades com as quais se defronta o País; da sua origem e, principalmente, das suas conseqüências sobre a população brasileira. A exegese da crise — reconhece-se — é passo importante à sua superação. E, à Nação — Governo e povo — cabe dar mostras de saber fazê-lo e, a partir daí, adotar as providências que se imponham.

No entanto, identificadas as suas causas, avaliada a sua extensão, a questão a ser posta, agora, é se nós, brasileiros, estamos efetivamente aproveitando as oportunidades que a crise traz em seu bojo, para o nosso País; se estamos trabalhando objetivamente, de forma criativa, para sair da situação em que estamos mergulhados, lançando novas bases para uma era de prosperidade.

Daí por que refutamos louváveis, patrióticas, iniciativas voltadas para a busca de caminhos alternativos, à concretização do nosso projeto de desenvolvimento.

A crise energética, por exemplo, nos traz à consideração as enormes possibilidades de que o País dispõe no campo da utilização de outras fontes, inclusive — e sobretudo — da biomassa. O programa do álcool, deflagrado na administração do Presidente Ernesto Geisel é uma demonstração bem eloqüente: em apenas 5 anos o *PROÁLCOOL* já atingiu a mais de 10 bilhões de litros/ano, isto é, o equivalente à produção nacional de petróleo de 1979 e representou no ano passado uma economia de divisas de 1,5 bilhão de dólares. Acrescente-se que, até meados da década, o referido programa poderá alcançar a casa dos 15 bilhões de litros/ano, desde que não lhe falem os meios e os incentivos.

Ademais é significativa a repercussão social desse programa por gerar, para cada 20 mil litros produzidos, 1.500 empregos diretos e muitos indiretos.

Ainda dentro desse quadro, vale lembrar um novo e dinâmico campo de atividades oferecido ao País com o notável desenvolvimento de uma química do álcool e do açúcar, desde que adequada e corretamente utilizada. Essa nova alternativa, inobstante em órbita predominantemente privada, bem está a merecer o estímulo e o apoio do Governo, em seu irrecusável papel de indutor e promotor da atividade econômica.

Isso vale afirmar que o álcool e o açúcar, poderão ser aproveitados como matérias-primas para fins ainda mais nobres, agregando maior valor ao produto e trazendo mais renda para a atividade e receita para o Governo. Não foi por

outra razão que recente trabalho do Instituto Weizmann, de Israel, observou que o Brasil poderá converter-se em Líder de uma nova revolução, a processar-se “com o objetivo de reduzir ou eliminar totalmente a utilização do petróleo como matéria-prima de uma longa série de produtos manufaturados e sua substituição por matérias de produtos vegetais”.

É tempo de reconsiderar

Com relação especificamente ao álcool, embora as suas virtualidades, como matéria-prima alternativa para a obtenção de muitos produtos hoje fornecidos pela petroquímica, sejam conhecidas há muitos anos, a política de exploração intensa das fontes de petróleo e a prática de preços aviltados, inviabilizaram, por muito tempo, o desenvolvimento da álcool-química. As breves experiências de produção de borracha sintética (polibutadieno) ao tempo da II Grande Guerra, favorecidas por fatores políticos — as incertezas do comércio marítimo, à época — são um testemunho desse fato. Agora, que a política de valorização do petróleo imposta pelos países produtores despertou nas populações de todo o mundo a consciência da sua finitude e da insensatez que representa o seu consumo em ritmo crescente, é tempo de reconsiderar o assunto.

Não se diga, em contra-argumento, que a tendência mais recente dos preços do óleo no mercado internacional é a da estabilização. A estabilização é fruto da retração de demanda, decorrente do esforço de ajuste dos países consumidores, e da própria recessão mundial. E a recessão há de passar, como a história já o demonstrou tantas vezes. O comportamento favorável dos preços, no entanto, só se manterá se a retomada do desenvolvimento vier a dar-se em bases de menor dependência em relação aos hidrocarbonetos não renováveis, oligopolizados pela OPEP.

Além de tudo, há o argumento estratégico. Se mais da metade do petróleo consumido pelo ocidente provém do Golfo Pérsico — região conflagrada e cujo futuro político é difícil prever-se — e tem de passar pelo Estreito de Ormuz, aceitar a situação presente implica assumir grandes riscos. Sem falar em que, vindo de onde vier, o petróleo, como recurso fóssil, tem os dias contados, e os cálculos razoavelmente precisos, estão ao alcance de todos.

Há que se refletir bastante, também, sobre a verdade, algo melancólica, mas já bastante difundida nas mentes mais esclarecidas do Terceiro Mundo, de que a “era do desperdício” acabou e de que, em um mundo marcado pela escassez energética, os caminhos do nosso desenvolvimento terão forçosamente que divergir daqueles trilhados pelos países ricos. E isso envolve alterações em hábitos de consumo, em estilos tecnológicos, na política de uso não predatório e consciente da terra e de suas riquezas, em bases permanentemente renováveis.

Tal política tem propiciado o crescimento da indústria química, que cresce, malgrado as dificuldades da hora presente, a mais de 20% ao ano, e tende a promover o aparecimento de novas tecnologias ou seu aperfeiçoamento.

Também aí, esse setor trará certamente uma nova opção ao Brasil, oferecendo oportunidades de fornecimento de equipamentos e tecnologias a países produtores de biomassas energéticas.

Por tudo isso, o Governo deve dedicar uma atenção especial à álcool-química, que apresenta possibilidades promissoras em todo o País, particularmente no Nordeste açucareiro.

O estímulo à álcool-química, semelhante ao que o Governo soube adotar para a implantação dos pólos petroquímicos, terá, além das vantagens já apresentadas, a de não implicar em nenhuma concentração geográfica de investimentos, pois a tecnologia da transformação do álcool permite rotas mais específicas, menos geradoras de subprodutos e, conseqüentemente, localizáveis em diferentes pontos da região canavieira. É o que já vem acontecendo em relação a Pernambuco e Alagoas, por exemplo, e poderá prosseguir, em relação a outros Estados. Pode-se pensar até em especializações sub-regionais, segundo as principais linhas da química do álcool: os produtos acéticos, os derivados do eteno, os compostos envolvendo o cloro e outros.

Os programas álcool-químicos em Pernambuco já compreendem a produção de aldeído acético, através da COPERBO, a primeira empresa nacional, recorde-se, a utilizar o álcool etílico como matéria-prima básica. Hoje, a referida empresa, por intermédio de uma subsidiária — A Cia. Alcoolquímica Nacional — investe perto de 120 milhões de dólares na construção de unidade destinada a fabricar ácido acético e acetato de vinila monômero-MVA, abrindo caminhos para atender o mercado interno e gerar divisas com a exportação estabelecida no referido estado. Igualmente, outras empresas, já produzem, a partir do álcool, octanol, butanol, acetato de butila, além de projetos em execução, aprovados pela SUDENE, que vão viabilizar fábricas de PVC e MVC.

No Estado de Alagoas, a SALGEMA produz eteno e dicloreto. e através da Cia. de Camaçari, encontra-se em execução importante unidade também para fabricação de MVC e PVC.

Sem falar no pujante Estado de São Paulo — onde se localizam consideráveis complexos do ramo — outras unidades da Federação, além das citadas, já estabelecem ou desenvolvem pólos álcool-químicos como o Rio de Janeiro — cujo programa deverá contar com incentivos fiscais estaduais, Minas Gerais e a Bahia, que se prepara para gerar, sobretudo em terras no seu extremo sul, 500 milhões de litros/ano.

Novas alternativas

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a implementação de um programa de indústrias álcool-químicas terá para o País, como se pode verificar, um vasto e expressivo significado face às novas e amplas alternativas que se abrem e enseja que se extraia da atual crise lição altamente positiva.

Os estudos comparativos de custos entre os procedimentos álcool-químicos e petroquímicos revelam sensível tendência para maior competitividade econômica para os produtos obtidos a partir do álcool. Fatores outros, em virtude da estabilização de preços altos aliados à restritiva oferta de petróleo, propendem, a médio prazo, a ampliar a economicidade de produtos álcoolquímicos.

Afora todos esses ponderáveis argumentos, considere-se que a álcoolquímica, juntamente com a sucro-química, poderá contribuir para diversificar a agroindústria da cana-de-açúcar, dar-lhe sólida base econômica e assegurar empregos e renda, tanto na lavoura canavieira como nas fábricas que produzirão os derivados de alto valor agregado.

O Sr. Mauro Borges — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Com prazer, ouço V. Exª

O Sr. Mauro Borges — Ouço com a maior atenção o discurso de V. Exª e estou inteiramente de acordo com a política de incremento do álcool, com toda série de vantagens, sobretudo, basicamente, como combustível substituto dos derivados de petróleo. Entretanto, gostaria de ressaltar a V. Exª que o Governo também precisaria olhar com maior atenção para outras medidas de economia, tais como o aproveitamento da madeira. Nos últimos anos, plantamos quantidades enormes de eucaliptos com recursos de incentivos fiscais, e essa madeira está passando do prazo de otimização econômica para o seu abate, para o seu uso; e poderíamos incrementar, paralelamente, a industrialização da madeira para produzir o metanol, que é um combustível excelente e, também, para diminuir os gastos de petróleo, sobretudo com os adubos nitrogenados, poderíamos utilizar as fontes de energia elétrica que, no momento, há em abundância no País. Temos usinas até paradas, como a recentemente inaugurada, a de Emborcação, isto é, há uma dissipação de energia elétrica, no momento, no País, e poderíamos partir para a eletrólise do ar atmosférico para a produção de nitrogênio puro, e também da água para produzir não só o hidrogênio de alto valor comercial como, paralelamente, a amônia, NH₃, que substituiria o adubo nitrogenado fornecido pela PETROBRÁS. Basicamente, temos o sulfato de amônia e a uréia, que consomem alguns milhares de barris de petróleo por dia, talvez o que o Brasil consome no momento, em termos de adubos nitrogenados, equivale a um custo de cerca de 600 milhões de dólares. Portanto, estou de acordo com

V. Ex^a, mas é preciso também marchar para a utilização de outras fontes alternativas que estão aí à vista de todos, mas o Governo ainda não dá passos definitivos para a sua utilização.

O SR. MARCO MACIEL — Caro Senador Mauro Borges, ouvi com muita atenção o seu judicioso aparte.

Inicialmente, gostaria de dizer que a sua manifestação faz lembrar quanto o País é rico em fontes renováveis de energia. Só na biomassa, além do álcool, do etanol, V. Ex^a lembra apropriadamente o metanol, quer dizer, a energia obtida da madeira. Poucos países do mundo têm, talvez, tantas potencialidades quanto o Brasil. Se nós não formos bem dotados de recursos fósseis, petróleo e carvão, sobretudo, e não podemos ainda fazer esta afirmação, graças a Deus, porque em verdade as pesquisas estão muito atrasadas, — mas mesmo se isso for verdade, de uma coisa poderemos estar certos, é de que nós temos enormes e imensas potencialidades no plano de outras fontes alternativas ou subsidiárias de energia.

E eu poderia acrescentar, além das observações que V. Ex^a fez, que, em algumas áreas do País, inclusive no Nordeste, graças a altas taxas de insolação, nós poderíamos pensar também na utilização, como fonte subsidiária, da própria energia solar. E isso, naturalmente, ensejaria que o País também desenvolvesse a sua tecnologia, isto é, que o País desenvolvesse tecnologia adequada para, quem sabe, não apenas satisfazer atividades internas, mas também oferecer sua experiência a outros países do mundo. Os equipamentos que poderão ser fabricados em função desses processos tecnológicos, ensejarão certamente a exportação de determinados bens, que seriam extremamente importantes para o País, sobretudo, na fase em que nós vivemos. Estou de pleno acordo com suas observações, e observo que, realmente, o Governo ainda tem muito o que fazer nesse terreno. Não podemos desconhecer o muito que já foi feito, mas não posso, também, deixar de negar que ainda há muito o que fazer nos mais variados campos desse setor.

O Sr. Guilherme Palmeira — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, com muito prazer ouço o aprte de V. Ex^a, caro Senador Guilherme Palmeira.

O Sr. Guilherme Palmeira — Nobre Senador Marco Maciel, quero congratular-me com o seu substancioso discurso, no qual aborda as perspectivas da Cloro-Álcool Indústrias, para o desenvolvimento do Nordeste, principalmente Alagoas e Pernambuco, mas sem desprezar, também, o desenvolvimento em outras regiões principalmente do centro do nosso País. Eu, em apoiando a posição de V. Ex^a, só diria da minha preocupação no desenvolvimento desse programa, primeiro, pelo apoio, qua ainda não é o ideal, por parte

do governo, ao setor, principalmente ao plantador de cana. Agora mesmo, estamos prestes à fixação de novos preços para o açúcar e para a cana. E eu chamaria a atenção para que isso fosse fixado pelo menos perto da realidade e dos reclamos dos produtores, sob pena de permanecer um desestímulo, e tenho feito alguns pronunciamentos a respeito, aqui, no Senado, e tenho procurado Ministros da área econômica, acompanhado de lideranças, tanto de Alagoas como de Pernambuco, para mostrar sempre a nossa preocupação; há só os financiamentos que são liberados tardiamente; os preços que fogem totalmente à realidade, e com isso vários plantadores, vários usineiros têm enfrentado seriíssimas dificuldades, com dispensa de empregados, tanto na área rural como na área industrial, e nós precisamos é estimular; está provado que a grande alternativa, para Alagoas e Pernambuco, é que esse problema é decisivo. Em Alagoas nós conseguimos, graças à sensibilidade do Presidente Geisel e depois do Presidente Figueiredo, criar um pólo álcool-cloroquímico, que dará o equilíbrio necessário à economia alagoana. Mas, as coisas são lentas. Vejo uma outra preocupação, que é uma ação em forma de boicote até das multinacionais. Eu, quando Governador de Alagoas, lutei, além da implantação do pólo, conseqüentemente de várias indústrias que absorvem matérias-primas, o cloro que produzimos através do salgema, o eteno, a partir do álcool, e veja V. Ex^a e os Srs. Senadores que até hoje nós importamos NVC para o fabrico do PVC, quando Alagoas já teria condições de hoje estar fornecendo e complementando toda essa matéria-prima. Não tenho a menor dúvida e acredito que as coisas possam ser contornadas, mas é importante que se fale, que se discuta e que se traga o problema para as Casas legislativas, especialmente para o Senado da República, como V. Ex^a está fazendo, deixando registrada a nossa preocupação de que isso também poderá fracassar da mesma maneira que poderá crescer e atingir o que todos nós desejamos, que é chegarmos a ser auto-suficientes tanto na produção de álcool anídrico como álcool para o setor químico. Portanto, ao congratular-me com V. Ex^a, quero dizer-lhe do meu apoio e de, sempre que possível, podermos atender aos interesses do Nordeste e os interesses do País, independentemente de ação de quem quer que seja. Muito obrigado.

Alagoas: um nobre exemplo

O SR. MARCO MACIEL — Nobre Senador Guilherme Palmeira, gostaria de iniciar as considerações sobre o aparte com que me honrou V. Ex^a, dizendo que no seu Governo, e esse foi um dos pontos talvez mais significativos da sua profícua ação governamental, nas Alagoas, é que se consolidou o desenvolvimento de um pólo cloro-álcool-químico no seu Estado. E hoje já podemos dizer — e graças a planos que lá se realizam — que o Estado de Alagoas vai poder, dentro em breve, fornecer ao País produtos derivados do álcool, sendo alguns extremamente importantes, como aquele citado agora por V. Ex^a, o PVC, tão significativo, como disse, para a economia do nosso País.

E acredito que, ao viabilizar essas unidades, o Estado de Alagoas dá bem uma demonstração de uma utilização mais nobre do álcool; ou seja, não o álcool exclusivamente para combustível, conseqüentemente para a queima, mas o álcool como matéria-prima para uma química indispensável aos países desenvolvidos, e a países que, como o Brasil, pretendem ingressar no rol das nações mais influentes e mais afluentes.

V. Ex^a faz outra consideração que me parece extremamente importante. É a de que esses programas não estão desenvolvidos, quer o PROÁLCOOL, quer a utilização de produtos químicos a partir do álcool, como era de se esperar, em face da descontinuidade dos programas governamentais.

Essa, infelizmente, é uma constatação que nós fazemos neste instante, e que V. Ex^a, como Deputado, como Governador, e agora como Senador bem conhece. Quer na fixação dos preços, para as culturas da cana; quer no desenvolvimento de atividades industriais; quer, enfim, na execução de políticas que viabilizem esse setor tão importante para o País, sobretudo na época em que vivemos, caracterizada por uma grave crise energética e caracterizada pela necessidade que tem o País de gerar, crescentemente, produtos exportáveis.

Por isso, quero dizer a V. Ex^a que as suas palavras são extremamente adequadas, neste instante, em que o Governo está a concluir estudos voltados para a fixação dos novos preços da cana, do açúcar e do álcool. E aqui queríamos deixar um apelo, secundando a manifestação de V. Ex^a, no sentido de que o Governo fixe, efetivamente, preços remuneradores para a atividade, para que os programas possam produzir os resultados que todos nós esperamos, inclusive o próprio Governo, porque são programas importantes para a economia nacional.

O Sr. Itamar Franco — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Ouço, com muita satisfação, o Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco — Senador Marco Maciel, queria aproveitar o pronunciamento de V. Ex^a, quando defende maior incentivo à indústria álcool-química, e dentro do aspecto defendido no seu pronunciamento, falando necessariamente nas fontes renováveis de energia deste País; e é claro que aqui temos uma preocupação com o avanço da cana-de-açúcar, em detrimento à produção, por exemplo, do feijão e do próprio trigo; a cana-de-açúcar teve o maior aumento das culturas industrializáveis deste País, nos últimos tempos. Mas, o pronunciamento de V. Ex^a me chama a atenção para o seguinte: qual é o receio, Sr. Senador Marco Maciel, que tem por exemplo o Governo Federal em, às vezes, resistir ao avanço, particularmente dos bancos internacionais, da conjuntura internacional adversa, no nosso País, quando aqui mesmo, no Senado, a todo ins-

tante nós estamos escutando que, se o Brasil romper com o FMI, romper com a comunidade internacional, nós não teremos dinheiro para nos manter, durante mais de 20 dias, particularmente quanto ao problema relativo ao petróleo. Quando ouço um discurso como o de V. Ex^a, estudado, com uma profunda análise dos aspectos renováveis que o Brasil tem, percebe-se, Sr. Senador Marco Maciel, que esse temor do Governo é falso; que nós poderíamos resistir à comunidade internacional, poderíamos resistir aos banqueiros internacionais, nós não precisaríamos ter medo se amanhã dissessem que nós não teríamos dinheiro para comprar o petróleo, porque teríamos como resolver o problema petrolífero. E V. Ex^a, no seu pronunciamento, aborda exatamente essa questão. V. Ex^a, neste instante, apresenta à Nação, apresenta ao Governo soluções que ele poderia ter para, realmente, romper com essa ordem internacional adversa que aí está. Esta é a indagação que faço a V. Ex^a: por que o Governo não reage? O que falta ao Governo? Qual é a timidez de agir nesse campo, se temos países com exemplos disso — é um exemplo típico no mundo — das suas fontes renováveis de energia? Desculpe-me o aparte, mas o pronunciamento de V. Ex^a me suscitou exatamente esta indagação. Nós podemos romper, não precisamos ter medo de não termos petróleo; temos como buscar fontes alternativas, nobre Senador Marco Maciel. Basta que tenhamos a coragem de redirecionar o desenvolvimento brasileiro. Era este o aparte que queria dar a V. Ex^a

O SR. MARCO MACIEL — Caro Senador Itamar Franco, concordo com V. Ex^a, pois, como, aliás, já foi referido por outros aparteantes, que o Brasil tem enormes potencialidades, no plano da geração de novas fontes energéticas, além das obtidas a partir de fontes fósseis.

Mas é evidente que esse é um trabalho que demanda tempo e, reconheçamos, já perdemos até algum tempo nesse setor. Mas, de toda sorte, é um trabalho que ainda vai exigir muito de pesquisa, muito de experimentação e muito ainda, de investimentos financeiros.

Por isso, se me afigura importante neste instante, que continuemos a manter as políticas adotadas com relação à compra de petróleo no exterior, porque, infelizmente, o Brasil ainda depende — e depende em largas porções, aproximadamente dois terços do que consome — da aquisição de recursos fósseis do exterior.

Por isso, digo a V. Ex^a que somente em parte eu posso acolher as palavras que V. Ex^a vem de proferir mas espero que com o desenvolvimento das atividades e com os estímulos que o Governo possa continuar a dar a esse setor, nós possamos brevemente obter a nossa independência energética.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Para o Nordeste, de modo especial, este programa representará a sobrevivência da atividade canavieira, que apesar de suas precárias condições

econômico-financeiras atuais, é responsável por grande parte da atividade nas áreas mais habitadas de cinco Estados da Região nordestina.

Impõe-se, por conseguinte, que o Governo Federal assegure ao PROÁL-COOL o apoio e impulsos de que carece — reconhecidamente um dos mais bem-sucedidos programas no setor, em todo o mundo.

Ao lado disso, é imperioso o estabelecimento de uma definida, articulada e clara política para a álcool-química como se fez, repita-se, com a petroquímica, cujos resultados foram tão positivos e são, ainda, cada vez mais promissores.

O Sr. Mário Maia — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Ouço V. Ex^a, meu caro Senador Mário Maia.

O Sr. Mário Maia — Nobre Senador Marco Maciel, V. Ex^a, nesta tarde, aborda um dos mais importantes problemas nacionais. Aliás, é da singularidade de V. Ex^a abordar, nas mais devidas oportunidades, assuntos de alta relevância para o nosso País e o desenvolvimento de nossa estrutura social e econômica. Nesta tarde, V. Ex^a nos brinda com estudo que faz das alternativas energéticas. Nós estamos inteiramente de acordo com V. Ex^a e, como uma voz talvez isolada da Oposição, estamos também ao lado de V. Ex^a para incentivá-lo a continuar nesta senda, porque entendemos que nós, com a extensão territorial que temos, podemos perfeitamente dispor de uma área que não é tão grande assim; pelos cálculos já feitos, pelos vários estudos oferecidos pelos técnicos no assunto, é uma área não superior ao Estado que tenho a honra de representar nesta Casa, o Estado do Acre, cerca de 150.000 km², é bastante para comportar uma lavoura de cana-de-açúcar e de mandioca suficiente para as necessidades energéticas de álcool para todo o País, e ainda sobrar alguma coisa. Desde quando alisávamos os bancos escolares ginasianos, que ouvíamos falar sobre o problema do álcool e até de carros. Nos idos de 1930, houve corridas de carros, no Brasil, movidos a álcool. Mas, infelizmente, pelo preço muito baixo do petróleo, naturalmente, não houve chance de se desenvolver esse aproveitamento alternativo de energia. Entretanto, no presente momento, nós não podemos mais esperar por nada, porque todos os estudos feitos, mundialmente conhecidos, como V. Ex^a acaba de evidenciar, mostram que os energéticos derivados do hidrocarboneto, derivados de fósseis, têm um limite de tempo, estão próximos a terminar; alguns até mesmo acham que no ritmo em que nós vamos na extração do petróleo mundial, dentro de 35 ou 45 anos, não teremos mais essa fonte de energia para tocar as várias atividades humanas. Então, é hora! Não sei porque o Governo ainda não se decidiu a traçar uma meta com tempo determinado para se chegar a ela, para nós nos tornarmos auto-suficientes e completamente independentes de outras fontes de energia tipo petróleo; não só do álcool, como V. Ex^a fala, como de outras fontes alternativas, como os derivados da biomassa:

a cana-de-açúcar, a mandioca que, na expressão nossa de nortistas, dá em qualquer parte deste País. Se V. Ex^a planta lavouras de cana no Acre e no Rio Grande do Sul, obtém os mesmos resultados; passando pelo seu Nordeste árido, até a Região Centro-Oeste do Mato Grosso e Goiás, dá a cana-de-açúcar com uma produtividade muito grande. Igualmente, com a mandioca, que dá no Rio Grande do Sul, dá no Acre, dá no Nordeste, dá em Mato Grosso. Então, se nós dispomos de alguma coisa que a natureza nos oferece — e são fontes renováveis de energia, não é como o petróleo, que é uma fonte esgotável —, nós podemos usar essas fontes alternativas de energia indefinidamente. Vamos melhorando a tecnologia do plantio da gramínea e da eufobiácea, que é a nossa mandioca. Gostaria de concluir o meu aparte, chamando atenção de V. Ex^a para o seguinte fato: neste exato momento, estamos no mês de agosto. Veja bem V. Ex^a como nós, brasileiros, somos perdulários, nós estamos montados em cima de riquezas incomensuráveis e, às vezes, nem notamos; e, quando notamos, nos damos ao luxo de usá-la da maneira mais perdulária possível. Nobre Senador, a biomassa vegetal da Amazônia, neste mês de agosto, se V. Ex^a fizesse ou conseguisse fazer um sobrevôo sobre a Região Amazônica, em várias áreas do Estado do Pará, do Estado do Amazonas, mesmo aqui no norte de Goiás, de Mato Grosso e no meu Estado do Acre, V. Ex^a veria um espetáculo dantesco: as matas sendo queimadas depois de derrubadas. Gigantes milenares de árvores são derrubadas irresponsavelmente, com o fim único de desocupar o espaço, madeiras de alto valor sendo derrubadas simplesmente a moto-serra, e não mais a machado, para serem queimadas e nada mais. Queimadas para desocupar o espaço e, naquele espaço onde se acabam de queimar alguns hectares de uma riqueza fabulosa, transformando em rolos de fumaças, que sobem ao céu aquela riqueza enorme, para, naquele solo, depois de causticado, transformado em cinzas, jogar algumas sementes — e olhem lá, quando são jogadas algumas sementes — de feijão, de arroz, algumas manivas de mandioca para uma lavoura de subsistência. Quer dizer, queima-se uma riqueza enorme, queimam-se dólares, fazem-se verdadeiras fogueiras de dólares vegetais, para depois jogar alguns vis cruzeiros em sementes de arroz, de feijão e milho, que duram simplesmente 3 meses. Uma vez tirada aquela lavoura, brota a capoeira, o mato. Então, nós temos que direcionar a nossa exploração da natureza, de forma a preservá-la, porque essas fontes, aos séculos e aos milênios, também se tornarão esgotáveis se a nossa inteligência continuar abusando da natureza. Quero congratular-me com V. Ex^a neste discurso que faz nesta tarde, e dizer que estamos ansiosos para que a política do Governo determine uma meta para que possamos ter terminais energéticos tirados, pelo menos atualmente, da cana-de-açúcar e da mandioca. Atualmente, uns bilhões que a PETROBRÁS está gastando na pesquisa e na prospecção do petróleo, que não sabemos se existe ou onde existe, em que profundidade existe — não somos contra, mas acho que a oportunidade não é esta. Nós podemos tomar fôlego, nos equilibrar economicamente, dominando a energia do álcool,

extraído da biomassa, e quando tivermos suficientes recursos vamos continuar as prospecções e buscar petróleo na profundidade em que ele estiver. Mas fica como reserva, por hora, porque, por hora, não sabemos bem onde está o petróleo no Brasil, mas temos absoluta certeza de onde podemos cultivar a cana-de-açúcar e a mandioca em todo o território nacional, do Acre até o Rio Grande do Sul, do seu Estado de Pernambuco até o nosso Estado de Mato Grosso. Muito obrigado a V. Exª, pela atenção ao meu aparte.

Exemplo para o mundo

O SR. MARCO MACIEL — Caro Senador Mário Maia, ouvi com muita atenção o aparte de V. Exª e quero dizer que concordo com suas palavras quando afirma ter o País enormes potencialidades no plano da biomassa. E também quando V. Exª lembrou que são enormes as fronteiras econômicas ainda a ocupar em nosso País. Praticamente nós temos áreas enormes ainda a explorar, quer no Oeste quer no Leste, porque, inclusive, não tenho dúvidas de que no nosso Leste — no mar — nós temos com certeza muitos recursos a explorar.

Há um relatório famoso sobre as possibilidades de petróleo no Brasil. É o Relatório Link, que, quando divulgado, causou uma enorme polêmica. Talvez poucas pessoas se aperceberam do fato de que esse relatório não era tão pessimista quanto se propagou a princípio. Porque, na realidade, o que ele negava era a existência de possibilidades maiores de petróleo no território continental brasileiro, mas em momento algum negou as enormes possibilidades de petróleo na plataforma continental. E hoje o que estamos vendo é que a exploração do petróleo da plataforma continental já ultrapassa a do território e isso mostra que são muito amplas ainda as possibilidades inclusive de obtenção de energia a partir de fontes fósseis no País. Mas, ao lado disso, temos a possibilidade, graças à dádiva de Deus, de termos outras fontes extremamente importantes para debelarmos a crise energética, com a qual nos defrontamos. Fontes, inclusive renováveis, e, o que é muito importante nos dias de hoje, não-poluentes. Por isso acho que desde que haja planos corretos e determinação, o Brasil poderá dar um exemplo ao mundo, vencendo com galhardia a crise energética com a qual nos defrontamos.

O Sr. Marcondes Gadelha — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Com prazer.

O Sr. Marcondes Gadelha — Senador Marco Maciel, quero parabenizá-lo por este importante discurso, este discurso patriótico...

O SR. MARCO MACIEL — Muito obrigado.

O Sr. Marcondes Gadelha — ... com que V. Exª suscita duas questões fundamentais de nosso desenvolvimento. Eu diria que V. Exª descobre os pés de barro do gigante: tecnologia e energia. E V. Exª faz, com muita propriedade,

um esforço para caracterizar o Nordeste como um possível pólo energético do futuro. Realmente, Senador Marco Maciel, temos disponibilidades de combustíveis fósseis, conforme está provado, tanto em terra firme, como na plataforma continental; temos uma ampla utilização da biomassa com *know-how* próprio, com *know-how* nacional, que está sendo utilizado inclusive, em outros países. Mas queria que V. Ex^a não esquecesse, também, dentro desse elenco de preocupações, é a possibilidade de utilização da energia solar no Nordeste, não apenas no que diz respeito é conversão direta, mas também em relação ao efeito fotovoltaico que, infelizmente, tem sido esquecido nas nossas preocupações. A maioria dos países tem avançado consideravelmente nesse ponto, nobre Senador Marco Maciel e o Vale do Silício, na Califórnia, não é apenas um pólo informático, é também um ponto de utilização do silício para baterias solares. O Japão tem avançado, extraordinariamente, nesse ponto e nós, no Nordeste, temos também avançado alguns pontos, particularmente na Paraíba, onde temos um laboratório de energia solar que, lamentavelmente, não tem recebido os recursos necessários para essa operação que eu diria fundamental. O que é que vai dar na ponta desse processo todo, nobre Senador? Vai dar o combustível do futuro, que é o hidrogênio. Através de energia solar, através de eletrólise da água, nós teremos o combustível do futuro, combustível inesgotável, combustível leve e, sobretudo, não-polvente. Todos os processos intermediários de armazenamento já estão resolvidos. A grande crítica que se fazia ao hidrogênio é de ser extremamente explosivo mas, agora, o hidrogênio já está sendo armazenado sob forma de hidretos metálicos que dão uma segurança muito grande no transporte e no armazenamento. Nós temos que avançar por essa direção, pela utilização da biomassa, como V. Ex^a propõe, pela utilização dos combustíveis fósseis mas, também, temos que fazer um esforço muito grande para transformar o nosso eterno “adversário”, o nosso, por assim dizer, “inimigo”, o Sol, no grande aliado no processo de desenvolvimento do Nordeste. Nós podemos extrair do Sol todas as nossas necessidades energéticas e, efetivamente, utilizar o que tem sido um fator de atraso e transformá-lo no nosso grande aliado do futuro, na superação dos problemas do desenvolvimento.

O SR. MARCO MACIEL — Nobre Líder, Senador Marcondes Gadelha, eu já tive a oportunidade de visitar o Laboratório de Energia Solar existente em seu Estado e pertencente à Universidade Federal da Paraíba. Lá de fato, se desenvolvem pesquisas interessantíssimas, com relação às possibilidades de utilização dessa chamada fonte subsidiária de energia. E o que me impressiona, a nós, que somos do Nordeste e sabemos quão é abundante o sol naquelas plagas, e quanto são positivas as experiências que se estão realizando.

O seu Estado, a Paraíba, é talvez, um dos Estados de maior insolação no nosso País. Estudos que certa feita tive oportunidade de ler, indicam que há determinadas regiões no seu Estado, que se caracterizam por serem regiões de in-

solação permanente, que chegam a acusar mais de 300 dias de sol-ano. E, por isso, acredito que estudos desse tipo, certamente, darão, uma enorme resposta e trarão para o País enormes vantagens, porque essa é, de fato, uma característica sobretudo dos chamados países tropicais, que os outros — os de clima temperado — não possuem. Por isso, acredito, referendando a opinião de V. Ex^a, que nós poderemos também nesse plano fazer enormes progressos. E, ao finalizar as considerações sobre o seu aparte, desejo afirmar a V. Ex^a, que concordo com o seu ponto de vista, agora expandido, de ser o hidrogênio a grande fonte energética do futuro. De fato, o hidrogênio que até então não estava sendo usado por dificuldades tecnológicas, agora, vencidas essas dificuldades, pode se caracterizar como a grande fonte do futuro e, com a característica, como ocorre com algumas outras novas fontes energéticas, que é a de não ser poluente e de ser, igualmente, renovável e, mais do que isso, extremamente abundante, em todo o nosso planeta.

Para o Nordeste, no processo do desenvolvimento da álcool-química, ao lado de vantagens locais para exportação de muitos de seus artigos e das enormes repercussões sócio-econômicas, sopesam outros fatores extremamente positivos. Em largas porções de seu litoral há a terra apropriada do massapê, insolação constante, chuvas copiosas de que necessita a cana para uma boa maturação. E ainda: o homem experiente, vivido, há séculos, nos mistérios e nas exigências da lavoura, nos meandros do fabrico do açúcar, melaço, álcool e outros derivados, e na sua comercialização.

Ouçó o nobre Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva — Nobre Senador Marco Maciel, eu quase que estava preferindo ouvir o restante do discurso de V. Ex^a, porque vejo que o tempo está se esgotando e o discurso que V. Ex^a faz nesta tarde é algo que traz uma contribuição inestimável à nossa causa do Nordeste e do Brasil. Eu queria apenas fazer uma lembrança, acrescentando a tudo o que V. Ex^a disse, que eu concordo plenamente, a começar pelo álcool a partir da cana, e o Estado de V. Ex^a é o maior produtor daquela região, eu lembraria que Deus ajuda o Nordeste exatamente com o Sol, com o que botou lá. V. Ex^a tem conhecimento de que, quando estive na Presidência da EBTU, fizemos convênio com a Universidade do Ceará, inclusive com a da Paraíba, para a exploração de energia não-convencional, e uma delas foi o óleo que se pode extrair do marmeleiro. V. Ex^a conhece o marmeleiro agreste; é um invasor. Agora, vim hoje mesmo de Belo Horizonte, onde estamos fazendo uma pesquisa neste mesmo rumo e o marmeleiro dá 4%, a grosso modo, de óleo mineral, muito mais do que pode dar o xisto, que dá um e meio ou dois. Então, só o óleo que se pode extrair do marmeleiro, daria serviço a milhares de pessoas para cortar os marmeleiros; e não há quem acabe com eles, V. Ex^a sabe. Do restante da madeira que sobra, extraídos os 4 ou 5% de óleo, pode-se fazer álcool, carvão, que hoje custa 200 dólares uma tonelada de carvão de madeira para exportar. Queria só lembrar que no Nordeste exis-

tem 6 milhões de hectares de marmeleiros nativos e agrestes nas piores terras. Talvez o marmeleiro todo transformado em óleo, e a massa resultante de madeira transformada em carvão, já fosse suficiente para garantir a independência do Nordeste, em termos energéticos. Grato a V. Ex^a

Perspectivas abertas

O SR. MARCO MACIEL — Agradeço a V. Ex^a, caro Senador Alberto Silva, por trazer uma outra demonstração de quão significativas as possibilidades de utilização de energia a partir da biomassa.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Ouço agora, agradecendo o aparte de V. Ex^a, o nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins — Desejo, nobre Senador Marco Maciel, congratular-me com o discurso de V. Ex^a Estou de pleno acordo em que o País tem que aproveitar as suas próprias oportunidades, as suas próprias possibilidades. No campo da energia renovável nós somos privilegiados. Há uma infinidade de alternativas, citadas algumas delas por V. Ex^a Pena que disponhamos de tecnologia de ponta apenas no campo da produção de álcool, ou de energia renovável oriunda da cana, da mandioca ou do amido e celulose, já com início para a área de metanol, mas não dispomos, realmente, de tecnologia de ponta para o hidrogênio, nem para a fusão nuclear, realmente, nem para a carboquímica, esta é uma das grandes possibilidades do futuro. Como há bilhões de toneladas de carvão no mundo, há, hoje, uma tendência de transformação do carvão em petróleo, e isso abriria uma outra oportunidade para o ciclo do petróleo. O único cuidado — que eu aqui sugeriria a quem analisasse o discurso de V. Ex^a, que é de suma importância para o País — é que se analise bem essas alternativas. Se instalarmos um processo de energização do País, com base no álcool, estaremos sujeitos a ter, dentro de um período determinado, as nossas instalações obsoletas, já que o mercado pode oferecer propostas mais consistentes do que esta. No momento, não vislumbro tanta dificuldade, mas é possível que num prazo mais longo esta possa surgir.

O SR. MARCO MACIEL — Nobre Líder, Senador José Lins, agradeço o aparte de V. Ex^a e as considerações que fez sobre as alternativas de que dispõe o País e também as dificuldades, inclusive dificuldades financeiras para que bem possa explorar essa pletora, essa enorme massa de alternativas energéticas de que dispõe o País, graças, inclusive, ao seu enorme e diversificado território.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, gostaria de, antes de concluir minhas palavras, dizer que é necessário, por todas as razões, que o Poder Executivo estimule crescentemente esse segmento tão importante, e, de modo particular, para a região nordestina; e que adote ou agilize, entre outras, as seguintes medidas:

a) Dinamização do PROÁLCOOL, ampliando-se-lhe as dotações financeiras e agilizando-se a liberação de recursos já consignados contemplando-se todo o setor, buscando-se, inclusive, os voltados a evitar os estrangulamentos ainda existentes face à precariedade do sistema de armazenagem e distribuição do álcool produzido.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — A Presidência prorroga a sessão por mais 5 minutos, de ofício, tendo em vista que o prazo da mesma já se esgotou.

O SR. MARCO MACIEL — Agradeço, Sr. Presidente, o gesto de V. Ex^ª

b) Concessão de prioridade pelo CDI — Conselho de Desenvolvimento Industrial — do Ministério da Indústria e do Comércio, aos projetos viáveis com a conseqüente outorga de incentivos fiscais e financeiros previstos na legislação vigente;

c) Apoio da FIBASE, do BNDES, e de outras instituições financeiras à capitalização de empresas privadas nacionais que venham a executar projeto no setor;

d) Realização de adequados e permanentes estudos e análises de identificação de processamentos álcool-químicos prioritários na região, a serem desenvolvidos pelo Ministério das Minas e Energia, através da PETROBRÁS ou suas subsidiárias, como a PETROQUISA, por exemplo.

Tudo isso sem contar com as indispensáveis medidas no plano da infraestrutura física — como estradas, mormente as vicinais — e social, com vistas a melhorar a condição das populações da zona canavieira — através de ações no setor de educação, habitação, saúde, nutrição, previdência etc — conforme programa, acertadamente lançado pelo Governo João Figueiredo, executado pela SUDENE em cooperação com os Estados envolvidos.

Senhor Presidente,
Senhores Senadores:

Creemos terem os argumentos que, perfunctoriamente, acabamos de alinhar, dado uma mostra das imensas possibilidades da álcool-química no nosso País.

Cabe-nos, agora, exortar a Nação, por intermédio desta Casa, para examinar as potencialidades que se oferecem nesse campo e chamar, também, as atenções do Poder Executivo para as perspectivas que permanecem abertas, em época de tantas dificuldades.

Certos ficamos, porém, de que a história saberá nos premiar, se acertarmos, com um futuro de desenvolvimento harmonioso, em bases sólidas, e de tranqüilidade social, mas, igualmente, de que não teremos desculpas, ante a posteridade, se, em hora tão grave, deixarmos oportunidades fugirem de nossas mãos.

Porque a Sucro-química

O PROÁLCOOL, criado no Governo do eminente e operoso Presidente Ernesto Geisel e mantido e ampliado por seu ilustre e preclaro sucessor — o Presidente João Baptista Figueiredo — aproxima-se da meta de produzir anualmente mais de 10 bilhões de litros e já assegura a circulação de um milhão de veículos movidos a álcool. Ao lado disso, entre outras vantagens, o referido programa gerou investimentos, propiciou o aparecimento de um tecnologia autóctone para o setor e a oferta de grande quantidade de empregos — diretos e indiretos — nas mais diferentes porções do País.

Contudo, o passo talvez mais notável de toda essa política tenha sido o despontar de uma química do álcool — sucedânea da petroquímica — a suscitar, logo, uma aplicação mais seletiva que a simples combustão daquele produto. Como matéria-prima o álcool, por conseguinte, já enseja a fabricação de uma numerosa família de sofisticados produtos industriais — eteno, os aldeídos, os acéticos, MVA, MVC, PVC etc.

São significativos — sobretudo em Pernambuco, Alagoas e São Paulo — as unidades álcool-químicas em funcionamento e os projetos em execução abrindo campo para substituição de importações e conquistas de mercado extra-fronteiras.

Desnecessário, creio, falar sobre a expressão dessa atividade para o País, especialmente nessa circunstância, e a importância de permanente apoio governamental para o seu crescimento e consolidação. Gostaria de destacar algo que, de igual passo, revolucionário, está vindo como corolário do desenvolvimento da álcool-química. Trata-se da química do açúcar, melão e seus derivados — a sucro-química.

Aliás, ao longo do tempo, a álcool-química, segmento da sucro-química, “tem sido enfatizada no Brasil e por vezes até analisada sem uma percepção do setor mais amplo representado pelos derivados de açúcar”, consoante expõe o Dr. Victor Lang, que conceitua a sucro-química como “segmento da indústria química que abrange todos os derivados de sacarose e melão, bem como os derivados de monossacarídeos oriundos da sacarose via transformação química ou bioquímica.

E, conforme acrescenta o referido especialista, em virtude do emprego crescente de carboidratos outros que não a sacarose em aplicações industriais,

tal entendimento está sendo ultrapassado por outro mais abrangente que vê a sucro-química como “segmento da cana-química cujos produtos podem ser obtidos eventualmente também a partir do amido ou da celulose”.

Carência de pesquisas

Nesses campos, são amplas, como se vê, as possibilidades que se abrem para a Nação, e em especial para os estados produtores de cana. É certo que ainda é reduzido o conhecimento no setor, porquanto nos ressentimos da falta de pesquisa e tecnologia.

E, ressalte-se, a modo de exemplo, que o Japão — se bem não seja produtor apreciável de cana — consegue gerar mais de um bilhão de dólares de divisas com a sua tecnologicamente ativa e pujante indústria sucro-química.

Enfim, há muitas oportunidades de aproveitamento dos derivados da cana a serem exploradas. A sucro-química é um capítulo ainda por escrever na história de nossos desenvolvimentos.

Quando Governador de Pernambuco, procurei, de alguma forma, contribuir para compor as primeiras linhas desse capítulo. Criei, no ano de 1980, um grupo de trabalho — denominado Grupo Executivo para a implantação do Programa de Apoio à Economia Canavieira e de fomento à Indústria Sucro-Álcool-Química — que, sob minha presidência e coordenado pelo Secretário de Planejamento fixou diretrizes para o setor no Estado de Pernambuco. E, entre outras providências, foi patrocinada, através de empresa consultora especializada — escolhida mediante licitação — um levantamento das oportunidades no Estado nessa área específica. E o fiz movido pela convicção das inúmeras vantagens que tais empreendimentos nos oferecem, bem como dos benefícios que nos poderão trazer.

Sinais do mercado

Em realidade, a história econômica tem demonstrado, fartamente, que as fases de adversidade são mais duras e mais freqüentes para os países exportadores de produtos primários e pouco elaborados. Os seus preços sofrem oscilações bruscas, e suas economias, pouco diversificadas, reagem mal e lentamente aos denominados “sinais do mercado”. Não há melhor exemplo do que o que ocorre com o açúcar. E aí temos a primeira razão estratégica para o desenvolvimento da sucro-química: seus produtos, classificados como “especialidades químicas”, de alto valor, pequeno volume e usos nobres — contrariamente às “commodities” de baixo preço, especificações estratificadas e grandes volumes — têm colocação mais fácil e estável no mercado internacional.

A própria recessão econômica mundial, cujos primeiros indícios de superação só agora começam a se fazer sentir, é indiferente, e até favorável à sucro-química. O baixo preço do açúcar estimula o seu aproveitamento em itens mais

sofisticados, muito embora, pelo alto valor da transformação industrial, a variação da rentabilidade dos projetos seja mínima em relação a elevações no preço da matéria-prima.

Considere-se ainda, no caso específico do açúcar, que a sua demanda, em escala mundial, está praticamente limitada, tendendo a estabilizar-se ao atingir o patamar de 50 quilos anuais, *per capita*. Como fator agravante, a sua substituição, como adoçante, pela frutose do milho, pode ser feita, de forma competitiva, sempre que o seu preço, por tonelada, estiver acima de 353 dólares.

O valor da transformação industrial, na sucro-química, é elevado; enquanto uma tonelada de cana convertida em açúcar e melação renderia hoje 31 dólares de receita cambial líquida poderia render 217 dólares, se transformada, por exemplo, em sorbitol, manitol e glutamato monossódico. Com isso, significativo valor é adicionado ao produto-base, na forma de salários e outros pagamentos de fatores, sem contar que se estará dessa forma desenvolvendo um empreendimento de rara solidez, pela baixa sensibilidade dos seus resultados operacionais a alterações no preço da matéria-prima.

Se considerarmos, frise-se, que os processos sucro-químicos podem ser iniciados a partir do melado, e do próprio caldo de cana, temos aí um leque de possibilidades alternativas, a serem acionadas, em projetos de múltipla finalidade, diante de oscilações desfavoráveis do mercado comprador de açúcar, álcool e seus derivados. Tudo contribuiria, portanto, para a estabilidade e solidez da economia canavieira, tradicionalmente sujeita a fases de depressão e expansão descontroladas, de tão penosas seqüelas sociais e políticas.

Considere-se que, malgrado as frustrações de safra nos países asiáticos e na Europa ocidental, as cotações do açúcar no mercado mundial se encontram, novamente, em baixa. E, conquanto não se tenha firmado ainda o novo acordo para fixação de quotas, deve-se notar que os volumes colocados pelo País no mercado externo têm sido, infelizmente, declinantes.

Investimentos modestos

Tudo isso, aliado à expectativa de que o nosso açúcar volte a ter custos de produção superiores ao preço obtido na exportação, nos leva a perseverar no objetivo de converter o açúcar e seus derivados em matéria-prima para produtos mais sofisticados, sobretudo quando também se sabe das enormes possibilidades que temos de ampliar a sua produção, quer pela expansão da fronteira agrícola, quer pelo aumento da produtividade.

Registre-se, ademais, serem os investimentos nesses projetos relativamente modestos. Enquanto as unidades álcool-químicas ou mesmo petroquímicas, exigem, em geral, recursos superiores a 100 milhões de dólares, as sucro-químicas situam-se entre 10 e 55 milhões. Seu segredo está nos processos adotados, em

permanente aperfeiçoamento, com apoio nas fantásticas possibilidades abertas pela engenharia genética para o mundo contemporâneo.

Tal circunstância resulta, todavia, na principal dificuldade para a viabilização desses empreendimentos no Brasil: o acesso à tecnologia disponível, desenvolvida principalmente por japoneses, americanos e sul-africanos.

Em conseqüência, impõe-se seja feito grande esforço nesse terreno, traduzido em bem tecida política de pesquisa e geração tecnológica, ao lado de aquisição e absorção desse conhecimento.

Pari Passu à indispensável produção de *know-how*, deve-se adquiri-lo, já, de quem o detenha, pois, dificilmente o País poderá, a curto prazo, vencer a distância que o separa dos grandes centros, que mobilizam permanentemente, em pesquisas, recursos materiais e humanos muitas vezes superiores.

Para o Nordeste, de modo particular, tanto a álcool-química, quanto a sucro-química, representam oportunidades valiosas, às quais se deve, por isso mesmo, emprestar a devida ênfase.

Pois se alguma crítica pode ser feita à industrialização nordestina — além do limitado número de empregos que vem gerando, em comparação à oferta de mão-de-obra regional — esta é a razão do seu baixo grau de integração. No entanto, se, na questão do emprego, a frustração decorre de expectativas infundadas — ao haver-se exigido da indústria algo que ela não poderia trazer — no tocante à integração é oportuno refletir-se, no afã de atrair investimentos, não se criou um parque industrial de tênues ligações com a economia da região, como uma árvore que se planta no terreno de casa, e cujas raízes e galhos vão nutrir-se, e dar frutos, no quintal vizinho.

De mais a mais, é válido afirmar que para o Nordeste, e também para o País, um desenvolvimento industrial auto-sustentado e com elevado grau de internalização dos seus efeitos tem que se apoiar, solidamente, em recursos naturais locais.

Solução privilegiada

Isso tudo evidencia ser a química do álcool e do açúcar solução privilegiada para o Nordeste, porquanto capaz de gerar empregos, propiciar integração com outros setores produtivos e utilizar matéria-prima regional.

Por fim, frise-se, em meio a todas as dificuldades ora vividas, na crise econômica que estamos atravessando, a sucro-química é atividade indene. Mais do que isso, é um dos caminhos para a recuperação, pela via da valorização da economia canavieira, da conquista de mercados externos e da sustentação dos preços do açúcar e do melão, em razão das alternativas geradas com o seu enobrecimento.

Para implantação e desenvolvimento de plantas sucro-químicas são fatores relevantes, segundo a opinião, entre outros, do Dr. Victor Iang, a existência de:

— Indústria canavieira eficiente, garantindo matérias-primas a custos e com qualidades compatíveis com as necessidades da sucro-química. Além do açúcar e do melaço, destaque-se as possibilidades do uso de caldo de cana como substrato de fermentação, para unidades sucro-químicas integradas a usinas ou destilarias.

— Tecnologia, projetos de engenharia, suprimentos de energia e gerenciamento a exigirem uma visão estratégica por parte de empresários sucro-químicos. Por exemplo, a seleção de tecnologia deve considerar o dinamismo da indústria sucro-química. É possível antever o grande impacto na sucro-química tradicional em virtude de inovações oriundas de desenvolvimento em tecnologias de ponta, como a biotecnologia. Diante deste quadro e dos riscos de mercado, recomenda-se prever no projeto de unidades sucro-químicas um grau razoável de “reserva de flexibilidade”. Este conceito significa planejar de modo a dotar os empreendimentos sucro-químicos de uma capacidade para alterar uma linha de produtos ou para acomodar variações na matéria-prima, sem a penalidade de custos e investimentos excessivos, conforme a evolução de mercado ou de tecnologia. Por exemplo, uma unidade múltiplo-propósito, permitindo a produção de vários derivados sucro-químicos a partir de um núcleo-base de operações, ilustra uma ampliação do conceito na prática.

Além disso, há de se considerar, também, fatores exógenos, entre os quais a forma como se comportarão os mercados de adoçantes, bem assim os de álcool carburante, químico e petroquímico.

Senhor Presidente,
Senhores Senadores:

É de se prever, pelas razões anteriormente expostas, que mesmo em face da crise — a qual esperamos breve ultrapassar — possam o Nordeste e o País, como um todo, ter, tanto na sucro-química quanto na álcool-química, novas e promissoras fronteiras econômicas.

É necessário, porém, ao lado do dinamismo do empresariado e da geração e assimilação de tecnologias adequadas, que o Governo Federal continue a apoiar esses setores e busque definir, cada vez mais, uma clara e precisa política de estímulos para o seu crescimento.

**Preço do álcool:
é preciso alterar
o Decreto nº 87.813**

A necessidade, que aqui tenho persistentemente defendido, de que se trabalhe objetivamente, de forma criativa, em busca de alternativas que nos permitam sair da crise em que se encontra o País e lançar novas bases para a almejada era de prosperidade, motiva-me a trazer, hoje, proposições do 2º Congresso Brasileiro de Alcoolquímica, realizado no Recife, no final de setembro passado, sob o patrocínio da Abiquim e do Instituto Brasileiro do Petróleo.

Após três dias de exposições, debates e intenso intercâmbio de valiosas informações, e ensejando a participação de eminentes personalidades como o ex-Presidente Ernesto Geisel, o Ministro Hélio Beltrão — que compareceu na qualidade de fundador da Abiquim —, dos governadores de Alagoas, Divaldo Suruagy, e de Pernambuco, Roberto Magalhães, do Senador Guilherme Palmeira e de expressivas lideranças empresariais do setor químico, os integrantes do Congresso foram unânimes numa conclusão: faz-se necessária e inadiável uma união de esforços no sentido de promover a conquista de melhorias de produtividade agrícola da cana e aperfeiçoamento tecnológico na produção de álcool, bem como aperfeiçoar formas para se alcançar um custo de álcool cada vez mais competitivo, caminho inevitável para a consolidação e expansão da indústria álcool-química.

Além da necessidade de se impor a segurança de especificações constantes e suprimento regular, indispensáveis para o uso do álcool como matéria-prima, concluiu-se, também, que torna-se imprescindível uma evolução tecnológica permanente do setor, através da pesquisa e do desenvolvimento de caminhos alternativos, não convencionais, para a obtenção de produtos hoje exclusivos da petroquímica. Dentro dessa linha, a concepção de catalisadores específicos para as rotas álcool-químicas será fator de grande importância para o progresso da atividade.

Outro aspecto de suma importância ressaltado pelos congressistas foi a necessidade de se visualizar o aproveitamento integral e integrado de todos os produtos e subprodutos da cana-de-açúcar, além do açúcar e do álcool, tais como o melaço, o bagaço e o vinhoto. Ou seja: a utilização máxima de todas as potencialidades energéticas da nossa gramínea, em termos líquidos, com o desconto da energia despendida no próprio processo de sua industrialização. Nesse campo, as modernas conquistas da biotecnologia têm um importantíssimo papel a cumprir.

Outra importante reivindicação é a de que se intensifique o diálogo já iniciado entre as entidades representativas da indústria álcool-química e as autoridades governamentais, que, por sinal, vêm produzindo frutos significativos, como por exemplo as recentes medidas do CNP e do IAA viabilizando a exportação dos derivados álcool-químicos. Impõe-se, da mesma forma, que os órgãos de classe participem, junto ao Poder Público, da tomada de decisões e da elaboração de diretrizes para o setor, especialmente no que se refere à definição de especificações para o álcool e ao estabelecimento de preços diferenciados para este produto, quando destinado a uso álcool-químico.

Finalmente, os participantes do Congresso proclamaram a prioridade para o Nordeste na qualidade de campo propício para a implantação de projetos sucro-álcool-químicos, elegendo a região como área destinada a sediar, preferencialmente, os novos empreendimentos em perspectivas, com vantagem sobre quaisquer alternativas regionais de localização.

Nunca é demais lembrar que o desenvolvimento da química do álcool e do açúcar representa uma alternativa que ainda não está sendo explorada nos limites de suas potencialidades e, não obstante situar-se em órbita predominantemente privada, deve merecer estímulo e apoio mais efetivos por parte do governo, em seu irrecusável papel de indutor e promotor da atividade econômica. Este impulso torna-se fundamental no atual momento político, quando o processo de valorização do petróleo imposto ao mundo pelos países produtores vem despertando nas populações de todos os países a consciência da sua finitude e da insensatez que representa o seu consumo em ritmo crescente.

A era da escassez

Essa conscientização, vale ressaltar, leva, inevitavelmente, à reflexão de que o mundo entrou, inexoravelmente, na era da escassez, e de que os caminhos de nosso desenvolvimento serão, forçosamente, diversos daqueles trilhados pelos países ricos. Assim sendo, deveremos alterar os costumes e os hábitos de consumo herdados dos países desenvolvidos e substituí-los por estilos e tecnologias nossas, e por políticas de uso não-predatório e consciente da terra e de suas riquezas, em bases sempre renováveis.

Senhor Presidente,
Senhores Senadores:

Dentre muitas outras observações feitas no referido Congresso uma merece, a meu ver, ágil e prioritária atenção do Governo Federal: a reivindicação formulada pelo reputado técnico Romeu Boto Dantas; refiro-me à necessidade de que se venha a corrigir distorções verificadas na edição do Decreto nº 87.813, de 16-11-82.

Como se sabe, modificando critérios anteriores, estabeleceu o referido Diploma, duas bases para a fixação do preço do álcool destinado a fins álcool-químicos: 100% do preço da nafta, para a sua conversão em produtos que contem com rota petroquímica alternativa; e 170% daquele preço, para a obtenção de produtos que não disponham de rota petroquímica alternativa. Com isso, o preço do álcool matéria-prima resulta menor que o preço oficial do IAA, no primeiro caso, e maior, no segundo caso.

Essa discriminação, não virá, certamente, encarecer e desestimular a produção de toda a linha de derivados do aldeído acético? E qual a inspiração do tratamento desigual, uma vez que estes produtos são igualmente necessários ao País, substituindo importações ou gerando exportações, servindo a um sem-número de utilidades? O sistema pode até mesmo levar a um grande erro, que é induzir à produção do aldeído acético a partir do eteno, e não diretamente do álcool, por desidrogenação, como seria em princípio, mais racional e econômico. Porque seria aquela uma forma engenhosa de enquadrar o empreendimento na categoria dos que têm processos petroquímicos alternativos, e assim beneficiar-se do preço privilegiado para a matéria-prima.

Desejo propor, face o exposto, às autoridades econômicas do Governo Federal, especialmente, aos ministros Camilo Penna e Delfim Netto, sejam adotadas providências no sentido de que se altere a regra do Decreto nº 87.813/82, e se estabeleça um preço único para o álcool destinado à indústria química, igual ao da nafta petroquímica, com ágios e deságios proporcionais à qualidade. Essa seria a forma, correta e adequada, de corrigir o inexplicável tratamento contido no Decreto, conforme preconiza o trabalho do Dr. Romeu Bôto.

Senhor Presidente,
Senhores Senadores:

Convém finalmente, lembrar que o incentivo à implantação de indústrias álcool-químicas não é novidade em nosso País. O 1º Congresso Brasileiro de Combustíveis e Minérios, reunido em 1922, já apresentava como uma de suas conclusões:

“Não convém cobrar impostos sobre o álcool nas usinas produtoras e sempre delas isentar o líquido destinado às indústrias químicas.”

Entre as condições prevalecentes há sessenta anos e as de agora, em plena crise energética, só vejo razões de reforço para essa velha, obstinada e sábia tese de política econômica.

Esperemos pois, à vista de tais razões, que o Governo Federal ouça o nosso procedente apelo.

AÇÃO PARLAMENTAR

Plaquetas publicadas:

- 1 — Cem Anos de República
- 2 — Informática e Desenvolvimento
- 3 — Importância do Mar e Presença na Antártica
- 4 — Nordeste: o Semi-Árido
- 5 — Reforma Tributária
- 6 — Ciência e Tecnologia
- 7 — Desenvolvimento Urbano

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

- 9 — Simplificação das Leis
- 10 — Participação do Congresso na Política Externa
- 11 — Filinto Müller

Endereço para correspondência:
Senado Federal
Gabinete nº 01
CEP 70.160 — Brasília — DF

